

Negações da identidade do Rio Grande do Sul

Luiz Roberto Pecoits Targa

Economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Coordenador do Núcleo de Estudos de História Econômica, Social e Política (NEHESP).

Resumo

Examinamos, neste artigo, quatro procedimentos de negação (ou de anulação) das evidências em favor da caracterização de uma identidade sul-rio-grandense: (1) pela ação do exclusivismo centrista; (2) pela indiferenciação subordinadora; (3) pela desvalorização (ou esvaziamento do sentido da diferença); e (4) pela aplicação (implícita ou explícita) do paradigma “centro-periferia”. Essas técnicas de negação da identidade são extremamente importantes, porque tornam invisíveis fenômenos fundamentais da história sul-rio-grandense, fenômenos estes que produziram um profundo impacto sobre a história nacional.

Palavras-chave

“Centro-periferia”; identidade regional; Rio Grande do Sul.

Abstract

In this article we examine four procedures of denial (or annulment) of the evidence in favor of characterizing a “southern-Rio Grande” identity: (1) by action of the centrist exclusivism; (2) by the subordinating indifferenciation; (3) by devaluation (or emptying of the sense of difference) and (4) by applying (implicitly or explicitly) the “center-periphery” paradigm. The techniques of identity denial are important

because they made fundamental phenomena of the “southern-Rio Grande” history invisible whereas these phenomena had deep impact on the nation’s history.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 28.05.03.**

**Para os meus amigos Pedro C. D. Fonseca e
Ronaldo Herrlein Jr., por terem sido tão
admiravelmente claros.**

É evidente, para qualquer pessoa de bom senso, seja ela um sul-rio-grandense, seja um outro brasileiro, que o mundo do Sul, mesmo hoje em dia, continua sendo muito distinto dos demais mundos brasileiros, e muito mais do que eles o são entre si. No entanto, a maior parte dos intelectuais gaúchos formados nas escolas do “centro”¹ — assim como, é claro, a própria intelectualidade das universidades do “centro” — decidiu que não é assim. Todos resolveram que o Rio Grande do Sul deveria ser igual ao resto do País. Para esses intelectuais, obviamente, o seu exercício lhes parece ser o de ir além das aparências. No entanto, não vão. O que fazem é repetir o modelo interpretativo ensinado no “centro”. E é por isso que as interpretações se calcam, monótona e empobrecedoramente, no esquema analítico do tipo “centro-periferia”². Ocorra ou tenha ocorrido, não importa o quê de diverso no Sul, é sempre interpretado ou como o fruto do atraso dessa sociedade, ou como não possuindo nenhum

¹ Rio de Janeiro e São Paulo.

² O modelo “centro-periferia” clássico no Brasil foi formulado por Celso Furtado e buscava demonstrar, através do comércio do Nordeste brasileiro com o Exterior (superavitário) e com o Sudeste do Brasil (deficitário), a vigência do “colonialismo interno” (Love, 1998, p. 381-383). Entretanto não é nesse sentido original que utilizamos essa nomenclatura aqui, e, por isso, chamamo-la de paradigma. Assim denominamos um tipo de interpretação dos fenômenos que ocorrem nas regiões que não constituem o “centro” do País (o “eixo” Rio—São Paulo), a qual conclui, sistematicamente, pela desvalorização relativa daqueles que ocorreram (e que continuam ocorrendo) fora do “eixo”. Desse modo, qualquer fenômeno que se passe no “centro” é sempre o estágio mais avançado do fenômeno em relação ao “resto do País”. Dentre os exemplos que apresentamos neste texto, os dois últimos itens 3 e 4 dizem respeito à aplicação do paradigma citado.

significado (Targa, 1998, p. 9).³ É claro que, afóra o fascínio provinciano de pensar como os do “centro”, essas criaturas ainda arrostam a questão de fazer passar suas teses no território intelectual “deles” (Targa, 1998, p. 9).

O resultado de toda essa valentia intelectual é o de borrar a fisionomia da história do Sul, o de esmaecer seus traços característicos. No fundo, o que a maioria precisa negar é a autonomia e a individualização da formação histórica meridional.⁴ Essa é uma hipótese que a esmagadora maioria dos pesquisadores em ciências sociais do Brasil (em História, Economia, Sociologia ou Política) se recusa terminantemente a aceitar. Entretanto, uma vez enunciada, ela possuiria, pelo menos, o mérito de mostrar que a sua contrapartida, formulada pela necessidade de confirmar os interesses do “centro”, não passa, ela também, de uma hipótese: a da unidade da formação histórica do Brasil (Targa, 1998, p. 10). É desta última hipótese que decorre a centralidade da história do “eixo Rio—São Paulo” na história do Brasil.

No entanto, nosso ponto de vista diferenciador também o é por uma simples questão de bom senso, pois, se, na visão “deles”, a sociedade sul-rio-grandense foi, desde sempre, periférica, como é possível que tenha fabricado o homem que deu o passo mais importante da modernização brasileira? Se aqui se haver formado Getúlio Vargas⁵ não tiver sido fruto do mero acaso e se o Rio Grande do Sul não foi jamais o epicentro político ou econômico do País, essa gestação poderia indicar que, de fato, algo de raro se passara na sociedade gaúcha. E, de fato, passou-se. Desvencilhar-se, no entanto, dos vícios do modelo interpretativo “centro-periferia” não é nem simples, nem imediato. Esse modelo, generalizadamente aceito, inclusive pela maioria dos cientistas sociais sul-rio-grandenses, é o veículo principal da hegemonia intelectual paulista.

Podemos afirmar, então, que a Universidade de São Paulo (USP) — e, por extensão, também a Unicamp — cumpriu o objetivo para o qual foi criada. Essa afirmação parte da seguinte constatação: quando a economia cafeeira entrou

³ A partir do século XIX, os europeus já vinham fazendo isso com os latino-americanos, com os indianos e com os africanos. Os norte-americanos fizeram-no com os outros asiáticos no século XX.

⁴ Existe uma notória exceção: Simon Schwartzman (1988, p. 40-48). Ele distingue quatro regiões com culturas políticas distintas no Brasil: (a) a constituída pelo centro político nacional (Rio de Janeiro, depois Brasília); (b) a constituída por Minas Gerais e o “resto do País”; (c) a de São Paulo; e (d) a do Rio Grande do Sul.

⁵ A partir de 1907, 23 dos 47 anos da vida política de Vargas foram vividos nos quadros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Esses 23 anos foram, justamente, os de sua formação política e administrativa.

em crise acompanhando a *débâcle* de 1929, seus políticos foram militarmente derrotados, em 1930, por Getúlio Vargas. Ele era, então, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e havia perdido as eleições para a Presidência do Brasil para o candidato de São Paulo. Pouco depois, em 1932, os paulistas levantaram-se em armas contra Vargas e foram novamente derrotados. A elite paulista derrotada postulou, então, a necessidade de criar uma universidade que a aparelhasse intelectualmente e que permitisse, com o tempo, que ela recuperasse a hegemonia sobre o País.⁶ A USP foi, assim, criada em 1934 para fazer face à derrota paulista infligida pelos gaúchos (Cunha, 1980, p. 213-241).⁷ Não é à toa que Vargas, salvo algumas poucas e honrosas exceções, nunca tenha sido figura benquista entre os paulistas (intelectuais, ou não).

O paradigma “centro-periferia” realizou uma lavagem cerebral na formação dos cientistas sociais meridionais. Em assim sendo, seguidamente ele volta a se infiltrar nos interstícios do raciocínio. Ele ainda deforma em profundidade a compreensão de muitos fatos e fenômenos da sociedade meridional.⁸

Examinaremos quatro procedimentos de negação (ou de anulação) das evidências em favor da caracterização de uma identidade sul-rio-grandense: (1) pela ação do exclusivismo centrista; (2) pela indiferenciação subordinadora; (3) pela desvalorização (ou esvaziamento do sentido da diferença); e (4) pela aplicação (implícita ou explícita) do paradigma “centro-periferia”.

1 - A negação pelo exclusivismo centrista

No Brasil, os analistas sociais costumam apresentar fenômenos, processos e quejandos que se desenrolaram nas sociedades regionais de São Paulo e do

⁶ Nas palavras de Júlio Mesquita Filho (**O Estado de S. Paulo**): “Vencidos pelas armas, sabemos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutávamos no seio da Federação” (Cunha, 1980, p. 236).

⁷ No ano anterior, em maio de 1933, alguns líderes paulistas haviam fundado a Escola Livre de Sociologia e Política, e, no manifesto dos fundadores, aparece a ligação entre a derrota político-militar e a criação da Escola (Cunha, 1980, p. 235).

⁸ Finalmente, nós mesmos já produzimos muitos textos dentro dessa perspectiva de centro-periferia. No entanto, alteramos nossa posição pelo fato de havermos encontrado, ao longo de diferentes investigações levadas a cabo por integrantes de nossa equipe de pesquisa (no NEHESP), evidências que negavam a caracterização de periférica tanto para a economia quanto para a sociedade sul-rio-grandense. Esses trabalhos foram publicados, sobretudo, em Targa (1996). Sentimo-nos, então, confortáveis para criticar manifestações desse tipo de postura intelectual, pois que a partilhamos durante muito tempo e sabemos das dificuldades que enfrentamos para deslocar o nosso ponto de vista.

Rio de Janeiro como sendo a encarnação mesma dos fenômenos e dos processos nacionais. Desse modo, as histórias dessas duas regiões esgotam a história nacional. Todas as demais são histórias regionais. Nesse tipo de conduta, por exemplo, apresentam a história econômica de São Paulo como sendo a do capitalismo nacional e, com isso, suprimem todas as outras histórias regionais, porque só se conta como nacional a história econômica daquela região, e, em assim sendo, ela ocupa todo o “espaço” da nacional e elimina as histórias das demais regiões.

Uma brilhante variante desse tipo de análise foi associar as categorias sociais da história brasileira, responsáveis pela transição do sistema escravista para o capitalista, a atores sociais que só pertenceram à história da sociedade paulista, como fez Florestan Fernandes em **A Revolução Burguesa no Brasil** (1987)⁹. Ignorou, desse modo, processos e atores que realizaram a transição em outras regiões do Brasil. Essa operação estabelece, implicitamente, que a transição não ocorreu alhures. Afirma que o processo só existiu naquela região, ou seja, em São Paulo. E, então, somente naquela região se fez história. No texto do autor em pauta, não houve transição capitalista no Rio Grande do Sul, o que é uma inverdade, pois foi exatamente no Sul que foi mais profundo o rompimento com o passado escravista de dominação tradicional e de relações coloniais com o Exterior, processo de rompimento que se iniciou em 1892 e que já estava concluído em 1914.¹⁰

Uma outra vertente, mais insidiosa e difícil de discernir, é quando as histórias das outras regiões são escritas em função da história da “região centro”. Em outras palavras, só fazem sentido os fenômenos que estiverem em relação com a história da “região centro”. Tudo o que não possa reiterar essa relação (aliás, de subordinação) é ignorado. É evidente que essa é uma operação de violenta deformação da história das outras regiões e de afirmação da hegemonia histórica da “região centro”.

⁹ O mais adequado seria intitular esse texto de **A Revolução Burguesa em São Paulo**.

¹⁰ A vanguarda positivista que ocupou o poder estadual durante toda a Primeira República executou, nesse curto período de 22 anos, as três tarefas fundadoras do Estado burguês no Brasil: criou a autonomia em relação à classe dominante regional, separou o público do privado e promoveu uma reforma fiscal que criou novas fontes para as receitas do Estado (ao exonerar as exportações e ao tornar o erário público muito menos dependente das receitas provenientes do imposto de exportação).

2 - A negação pela indiferenciação subordinadora

Uma variante deste último caso é aquela em que o sentido dos fenômenos ocorridos na região não central é buscado através de uma analogia implícita com os fenômenos da “região centro”, cujas características modelam e dirigem a interpretação. É um caso desta última natureza que vamos examinar em seguida.

O trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1977) sobre a sociedade escravista do Rio Grande do Sul ilustra bem o etnocentrismo regionalista paulista.¹¹ Nesse trabalho, a sociedade meridional é interpretada como sendo uma forma inacabada ou de realização imperfeita da sociedade escravista clássica do Brasil: a das *plantations* de açúcar e de café.

A comparação é realizada de modo implícito, nunca é verdadeiramente explicitada, nem assumida como método. E, no entanto, ela está sempre lá, presidindo a interpretação. Isso permitiu a infiltração do viés regionalista paulista na análise de Cardoso. E, malgrado seu trabalho seja uma fonte maravilhosa de informações sobre o Rio Grande do Sul escravista, esse viés impediu-o de compreender que ele estava analisando uma economia e uma sociedade escravistas que eram totalmente diversas do caso paulista. Nesse caso, então, o escravismo gaúcho não poderia ser um momento da tendência a realizar-se como o escravismo paulista. Essa diversidade, que indica a não-redutibilidade da sociedade meridional à paulista, como faz Cardoso em sua análise, será examinada a seguir, depois de caracterizarmos a economia escravista paulista.

Em São Paulo (como de resto nas regiões importantes de agricultura de exportação do Brasil), três características sobrepuseram-se sempre até 1888: latifúndio, escravismo e monocultura de exportação para o mercado internacional. O café, no caso (tal como anteriormente o açúcar do Nordeste), gozou de uma posição monopolística no mercado internacional. O setor cafeeiro não possuía relação com outros setores econômicos em São Paulo, pois estes não eram produtores de mercadorias, uma vez que a *plantation*, firma típica da produção cafeeira, era uma autarquia econômica e sufocava o desenvolvimento da divisão social do trabalho na região. Essa economia cafeeira engendrou as duas classes fundamentais da sociedade paulista: a classe dos senhores rurais de escravos e a classe dos escravos rurais. Vejamos, então, as diferenças com a sociedade e a economia escravista do Sul.

¹¹ Mesmo tratando-se de um dos melhores estudos jamais realizados sobre a história do Rio Grande do Sul.

1. Em São Paulo, havia um único setor produtor de mercadoria, o produtor de café. O Rio Grande do Sul, pelo contrário, possuía três setores produtores de mercadorias: o da pecuária de exportação, o charqueador e o dos pequenos produtores imigrantes (não ibéricos) das colônias de povoamento.

2. No Rio Grande do Sul, as três características básicas do mundo agrário brasileiro jamais se sobrepuseram: o latifúndio foi pecuário, não foi escravista e produzia para um outro setor da região (o charqueador). Assim, o latifúndio pastoril não criou uma classe de senhores rurais à qual correspondesse uma classe de escravos rurais. Os senhores rurais do Sul constituíram uma classe de senhores de terras profundamente diversa daquela que presidiu a cafeicultura. E não houve, conseqüentemente, a formação da correspondente classe dos escravos rurais, constituinte essencial da sociedade cafeicultora.

3. No Rio Grande do Sul, a escravidão produtiva concentrou-se nas charqueadas. Elas constituíram a firma típica escravista do Rio Grande do Sul. O setor charqueador era o único setor da economia meridional cujo empreendimento dependia, fundamentalmente, do trabalho escravo. As charqueadas não eram rurais, eram proto-urbanas, pois se localizavam ao redor de cidades-porto ou dos centros urbanos de exportação da fronteira com o Uruguai. Salvo conjunturalmente, nunca detiveram o desejado monopólio do mercado brasileiro, pois as classes dominantes escravistas¹² das outras regiões do País faziam questão de jogar com a concorrência exercida pelo produto dos *saladeros*¹³ da região do Rio da Prata. Os charqueadores constituíram uma classe social não rural (muitos eram comerciantes urbanos), à qual correspondia uma classe de escravos produtivos, também não rural. Então, as classes fundamentais da economia escravista meridional eram outras que não as geradas pela *plantation* de café. Logo, se as classes fundamentais não eram as mesmas nas duas regiões é porque as duas sociedades escravistas eram diversas.

4. Enquanto a *plantation* era uma autarquia praticamente auto-suficiente, a charqueada dependia do mercado até mesmo para a alimentação e o vestuário de seus escravos. A charqueada foi, nessa questão, o único tipo de firma escravista brasileira que não produzia para a subsistência dos seus próprios escravos (até mesmo as firmas de mineração interiorizavam essa produção).

5. Mas a distinção mais importante entre as duas economias regionais está na existência de um terceiro setor no Rio Grande do Sul (inexistente em

¹² O charque era item importante da alimentação dos escravos e das classes urbanas pobres de todo o País.

¹³ Denominação das charqueadas no Uruguai.

São Paulo): o dos imigrantes europeus não ibéricos. Uma parte deles vivia no meio rural, eram agricultores, pequenos proprietários, e outra parte, em vilas e cidades (comerciantes, artesãos, operários e empresários de pequenas indústrias). Esse foi um universo social de pequenos produtores de mercadorias, universo em expansão desde 1824 e cujo peso econômico na região iria aumentando progressivamente ao longo do século XIX, chegando mesmo a ameaçar a supremacia do pecuário e do charqueador no final do século. Os imigrantes, em sua maioria expropriados na Europa, passavam a ser proprietários dos meios de produção e de vida no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, em São Paulo, fracassara a tentativa realizada com imigrantes europeus (não ibéricos) na lavoura do café, na metade do século XIX. Os imigrantes permaneciam expropriados e passavam a ser parceiros na produção do café. Ou seja, se os imigrantes no Sul vieram para criar uma sociedade alternativa à escravista, em São Paulo os imigrantes vieram ocupar o lugar dos escravos na produção cafeeira e, muitas vezes, tiveram que trabalhar lado a lado com eles. A experiência paulista com trabalhadores livres europeus fracassou porque os senhores queriam tratá-los como escravos, e isso adiou o fluxo migratório para São Paulo até a Abolição da Escravatura em 1888. Ou seja, no Sul, o universo econômico e social criado pelos imigrantes era uma contestação viva ao setor escravista e colaborou para sua crise (ver item 6); em São Paulo, o escravismo, enquanto existiu, bloqueou a imigração não ibérica. E essa questão da relação de substituição do trabalho escravo pelo livre foi a mais importante da sociedade brasileira durante o século XIX. Como vimos, cada região criou uma resposta totalmente diversa a essa relação.

6. No Sul, as colônias de povoamento contribuíram para a crise do setor escravista, pois a existência desse setor foi um dos fatores responsáveis pela crise de mão-de-obra das charqueadas. Isto porque os imigrantes chegavam pelo porto de Rio Grande (a mais importante zona de charqueadas do Rio Grande do Sul) e, ao invés de se assalariarem nas charqueadas, preferiam deslocar-se para o norte do Rio Grande do Sul (muitas vezes, com passagem e hospedagem pagas pelo Governo Provincial), onde teriam acesso à propriedade da terra e a instrumentos de trabalho.

7. A crise do escravismo também foi profundamente distinta nas duas regiões (o tráfico foi interrompido em 1850). Em São Paulo, ela provocou a concentração dos escravos do País na cultura de exportação. As charqueadas meridionais perderam seus escravos para a cafeicultura e entraram em uma crise de mão-de-obra. Além disso, enquanto o setor cafeeiro se expandiu firmemente ao longo do século XIX, o das charqueadas meridionais entrou em crise e decadência depois da metade desse século.

E, malgrado a esmagadora maioria dos fatos e dos fenômenos apresentados fosse do conhecimento de Cardoso, pois somente as classes fundamentais não fizeram parte do seu esquema analítico, ele concluiu que essa sociedade escravista meridional fora um caso de realização imperfeita do escravismo senhorial das *plantations*. Fazendo isso, Cardoso apagou as particularidades da sociedade escravista do Sul, esmaecendo as características mais importantes dessa outra história regional. E se o autor chegou a esse resultado deformador foi porque analisou os fenômenos particulares do escravismo gaúcho à luz do escravismo paulista. Examinou a sociedade meridional à luz da paulista, e, desse modo, o escravismo meridional apareceu como um caso imperfeito. Ele se impediu, assim, de perceber que o escravismo do Sul era um todo em si mesmo, e um todo muito diverso daquele representado pelo escravismo paulista. Em suma, Cardoso retirou toda a especificidade da sociedade escravista gaúcha e despojou-a, assim, de sua própria história.

3 - A negação pela banalização dos fatos¹⁴

Durante a Primeira República (1889-930), ocorreram no Rio Grande do Sul dois fatos que poderiam ser caracterizados como extraordinários no contexto brasileiro das relações entre o Estado e a sociedade. Foram eles a atitude do Governo do Estado face às demandas dos trabalhadores grevistas em 1917 e a atitude (seus motivos) do mesmo governo na encampação da companhia estrangeira que produzia os serviços de transportes ferroviários no Estado (em 1920).¹⁵ Examinemos sumariamente cada um dos fatos e passemos, depois, à interpretação de Pedro C. D. Fonseca (1993).

O primeiro fato inscreve-se no contexto criado pela Primeira Guerra Mundial, que provocara no Rio Grande do Sul, como de resto em todo o Brasil, a exportação, para os países beligerantes, de bens de primeira necessidade que não faziam parte da pauta clássica das exportações, o que provocou o deslocamento da oferta interna para o atendimento da demanda internacional. Esse fato, aliado a

¹⁴ O texto que segue é uma versão condensada dos argumentos desenvolvidos em Targa (1998a, p. 63-85).

¹⁵ Durante quase todo o período da chamada Primeira República no Brasil, o poder público sul-rio-grandense esteve ocupado pelo Partido Republicano Rio-Grandense; ele ocupou o poder do Estado ininterruptamente entre 1892 e 1930. Era composto por uma elite política jacobinamente intolerante e professava uma ideologia conservadora: o positivismo. Esta última, no entanto, era mais progressista do que a ideologia liberal que era utilizada no resto do País.

uma política federal emissionista — para financiar os déficits orçamentários, bem como a política de sustentação dos preços do café¹⁶ —, provocou inflação¹⁷, com elevação dos preços dos bens de primeira necessidade. Os especuladores entraram em ação. Desse modo, instalou-se no Brasil uma conjuntura de penúria de bens-salário que provocou a generalização de movimentos grevistas nas principais capitais do País, movimentos estes que se alastraram pelo interior dos estados. No início de julho, em São Paulo, o movimento grevista espalhou-se com violência e chegou a contar com 50.000 operários na metade do mês, tendo sido duramente reprimido pela polícia. Ao clima instaurado pelos operários paulistas em 18 de julho somou-se o recrudescimento do movimento grevista no Rio de Janeiro, cujas primeiras greves, também duramente reprimidas, se haviam iniciado em março.¹⁸

Nesse contexto, formou-se em Porto Alegre a Liga de Defesa Popular, representante da Federação Operária do Rio Grande do Sul, que apresentou um extenso pleito ao Governo do Estado em 1º de agosto de 1917, onde reclamavam dos baixos salários, dos elevados aluguéis e dos altos preços dos gêneros de primeira necessidade. Isso foi acompanhado pela generalização da greve.

No dia 02 de agosto, o Governo respondeu com dois decretos, “(...) atendendo à representação que lhe fora dirigida pela Liga de Defesa Popular, representante da Federação Operária do Rio Grande do Sul”. Pelo Decreto nº 2.287, ele elevou os salários dos “(...) proletários que se acham a serviço do Estado” de modo escalonado, dando aumentos de 25% para os salários inferiores e reduzindo o percentual de aumento conforme a subida nas faixas salariais. E, no Decreto nº 2.288, ele regulou a exportação de produtos do Estado: arroz, banha, batatas, feijão e farinhas.¹⁹ O Intendente de Porto Alegre, José Montauray, em 04 de agosto, reduziu e tabelou os preços dos seguintes produtos: açúcar, arroz, banha, cebola, salame, ovos, erva-mate, leite, manteiga, massa branca, milho, fósforos, polvilhos, pão, sal, charque, querosene, sabão e vela de sebo

¹⁶ Os preços internacionais do café estavam caindo. De resto, essas políticas federais eram muito contestadas pelo PRR no poder do Rio Grande do Sul, que pregava e executava o equilíbrio orçamentário, o não-endividamento público e que desaprovava a proteção pública a interesses de segmentos limitados da sociedade.

¹⁷ A inflação mais que dobrou no período da Guerra (Dean, 1989, p. 281).

¹⁸ Para as informações desse parágrafo, ver Bodea (1979, p. 21), Maram (1979, p. 132-133) e Hardman e Leonardi (1982, p. 348-350).

¹⁹ Dizia o art. 2º do mesmo Decreto: “Essa exportação só será limitada ou suspensa provisoriamente quando os preços da venda a varejo daqueles produtos excederem aos estabelecidos pela pauta mensal organizada”.

(Bodea, 1979, p. 37-45). As greves terminaram somente em 15 de agosto, com a baixa dos preços dos produtos de primeira necessidade.

Em editoriais do jornal do PRR, **A Federação**, foi salientado que o Governo estivera atento às justas reivindicações dos proletários (Bodea, 1979, p. 40), que ele respondera com presteza às suas demandas (evitando o agravamento do conflito, como ocorrera em São Paulo e no Rio de Janeiro), que ele interferira diretamente sobre os salários e sobre os bens-salário de modo indireto, com o seu prestígio, para dirimir os conflitos sociais. Afirmava, ainda, que dirimir esses conflitos era uma função necessária do Estado. De fato, o Governo intercedera junto ao comércio e à indústria não somente no sentido de obter o rebaixamento dos preços dos produtos essenciais, mas também, a elevação dos salários (Bodea, 1979, p. 51-56). Neste último sentido, os aumentos dos salários dos funcionários públicos serviram de alavanca para uma elevação geral dos salários no setor privado (Bodea, 1979, p. 39-40).

Pedro C. D. Fonseca (1993), examinando a interpretação de Miguel Bodea, que vira no fato um antecedente do populismo varguista através de uma espécie de aliança de cima para baixo, afirmou que:

“Diante da impossibilidade de generalizar o comportamento do Governo frente às greves, do acontecido em 1917 para todo o período da República Velha, certamente o poder de explicação das hipóteses que assinalam a especificidade do ocorrido naquele ano é maior do que o daquelas que procuram buscar linhas gerais (...) para explicar o referido comportamento. Por isso prefiro entender as atitudes do Governo gaúcho em 1917 como algo episódico, resultado de um conjunto de fatores circunstanciais, não passível de generalização e sem razões mais profundas que possam detectar o aparecimento de algo novo, duradouro, nas relações entre as classes dirigentes e o movimento emergente dos trabalhadores. (...) Assim os acontecimentos relativos à greve de 1917 e à encampação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul devem ser interpretados dentro da sua excepcionalidade. Deles não se deve inferir um comportamento generalizante para todo o período, com o risco de se ignorarem outros, tão importantes quanto estes, mas muito mais freqüentes no período” (Fonseca, 1993, p. 411-414).

No entanto, contrariamente ao que afirma Fonseca, esse fato não foi nem episódico, nem excepcional, como escreve o autor, mas inseriu-se com clareza meridiana na relação Estado-sociedade entabulada pelo PRR,²⁰ justamente pela

²⁰ Uma relação Estado-sociedade de tipo racional e burguesa e não de tipo patrimonialista como a que existira durante o Império e como permanecia sendo no resto do País.

existência de seu violento conflito (de natureza político-militar) com a oligarquia tradicional do Estado.

Pensamos que duas ordens de razões presidiram a interpretação excepcionalizante do nosso autor para o fato. Uma razão menor foi desconsiderar a teoria das formas de dominação na sua análise. A razão maior e mais abrangente é a necessidade de apagar as diferenças, de negar as especificidades duráveis e profundas das experiências políticas e sociais do Sul e, com isso, torná-las todas pardas e indiferenciadas em relação ao resto do País. Assim, os fatos de difícil compreensão são enquadrados como meramente insólitos e, então, banalizados. O comportamento de Fonseca exprime uma espécie de projeto “nacionalizante” que visa ao nacional através do apagamento das diferenças regionais. O específico torna-se, na análise do autor, uma idiosincrasia bizarra, não deixando marcas nem possuindo alicerces mais profundos.

Para que os positivistas pudessem arrostar o peso enorme da legitimidade da tradição (resultado da dominação patrimonial) que sustentava a oligarquia tradicional deposta do poder regional, foi preciso que eles construíssem uma outra forma de justificar sua detenção do poder, uma outra forma de legitimar-se. Eles estabeleceram, então, uma forma de dominação de tipo racional e burguesa. E, à luz da teoria das formas de dominação, a resposta do PRR à greve de 1917 deixa de ser uma excepcionalidade que só pode ser compreendida na sua circunstância e que não se amarra a uma relação mais profunda e duradoura da história do Partido. Ela também deixa de ser um fato que só episodicamente diferenciou as condutas das duas elites políticas (a paulista e a gaúcha). Ela é um fato indicativo, exemplar mesmo, de uma diferença fundamental entre a natureza da dominação e os comportamentos das duas elites regionais. Ela indica, também, a modernidade da relação de dominação proposta pelo PRR em comparação à forma tradicional, oligárquica e patrimonial de dominação exercida em São Paulo. A conduta diversa da elite política gaúcha face à greve geral de 1917 é perfeitamente compreensível dentro da necessidade de justificar sua dominação, mostrando-se competente e legítima na gestão da sociedade regional em um momento seu particularmente crítico. O fato deixa de ser excepcional, como Fonseca afirma, quando inserido e compreendido na forma de legitimação racional proposta e praticada pelo PRR.

O segundo fato envolve a utilização da malha ferroviária do Rio Grande do Sul — Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) —, arrendada em 1905 pelo Governo Federal à Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil (capital belga) e cujo controle acionário (da VFRGS) passara para o grupo norte-americano Brazil Railway Co., de Percival Farquhar, em 1910. A Companhia sempre produziu

serviços precários, trabalhou com altas tarifas e pagou baixos salários.²¹ Em 1917, as greves operárias vieram a agravar a situação da empresa. Em 1919, o balanço apresentou déficit. Tanto a Associação Comercial de Porto Alegre quanto os ferroviários pressionaram por medidas severas do Governo face à Companhia. Em junho de 1920, ela foi retomada pelo Governo Federal, e, em julho, seu controle foi entregue ao Governo Estadual (Dias, 1981, p. 226-228).

O núcleo da argumentação de Fonseca contra a interpretação de Bodea para esse fato não é muito diferente do utilizado para o episódio da greve de 1917, senão vejamos:

“Mas a encampação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, fato episódico e só realizado após várias negociações com as empresas estrangeiras visando a soluções alternativas menos drásticas — e que, de resto, se mostraram infrutíferas —, tornou-se (...) o prenúncio do ‘nacionalismo trabalhista’. (...) Se há uma semelhança entre esse nacionalismo episódico de Borges de Medeiros e o de Vargas após 1930, e com todas as qualificações históricas que se fazem necessárias, esta deveria dar-se em razão oposta à pretendida pela literatura: nem o líder chimango, nem Vargas eram hostis ao capital estrangeiro, e o nacionalismo do último sempre conviveu, a não ser nos anos finais de seu último governo (1951-54), com apelos recorrentes à presença do capital estrangeiro para ajudar no desenvolvimento econômico do País” (Fonseca, 1993, p. 412-413).

Nesse segundo episódio, e em primeiro lugar, Fonseca volta a considerar o fato como episódico, o que não nos parece ser o caso pelos mesmos argumentos já utilizados para contra-argumentar sua interpretação do fato anteriormente analisado. Em segundo lugar, em um certo sentido, nenhum dos nossos dois autores possui razão nas respectivas interpretações, pelo fato maior de que não é verdade que comportamentos antiimperialistas esgotem a ideologia nacionalista.²²

²¹ O aumento do tráfego não melhorava os seus resultados operacionais, pois as receitas eram consumidas nas operações de manutenção da rede e em aquisição de material rolante. O Governo Federal interveio rebaixando as tarifas. A Guerra aumentou as dificuldades para a importação de material de reposição e equipamentos (Dias, 1981, p. 210-222). Tais dificuldades foram agravadas pela precária situação financeira das empresas do grupo Farquhar, e a empresa ferroviária no Rio Grande do Sul participou, desse modo, da decadência do grupo Farquhar em nível internacional.

²² Porque, por um lado, o nacionalismo é uma ideologia que inclui um projeto de futuro comum e um (pretendido) comportamento responsável dos governantes face aos governados na implementação desse projeto. Por outro lado, o antiimperialismo é uma das manifestações do nacionalismo, uma vez que só ocupa todo o espaço ideológico do nacionalismo quando as forças econômicas ou militares, ditas imperialistas, sufocam as pretensões de autode-

Não se pode ter dúvida alguma de que a elite política do PRR era nacionalista no melhor de seus sentidos: no de responsabilidade política e social, face à sociedade submetida à sua dominação, e no de implementadora de um projeto de natureza “nacional” na sua região (de uma pequena pátria, no dizer de Auguste Comte). Acreditamos que o projeto do PRR de atingir a auto-suficiência econômica do Rio Grande do Sul (por equivocado que nos possa parecer face à futura integração do mercado nacional) foi uma proposta de desenvolvimento do mercado interno da região e foi, por parte da elite que o concebeu, um projeto “nacionalizante”, no sentido de tornar a população meridional (em termos de abastecimento, de renda e de emprego) menos vulnerável às oscilações dos mercados localizados fora do território do Rio Grande do Sul.

Muito diverso do projeto político do PRR e de sua conduta “nacionalista” foi o projeto da elite política de São Paulo. A par da dominação tradicional, ela constituiu a elite regional que possuía mais laços econômicos internacionais dentre as brasileiras do período (Love, 1982, p. 234). Entre 1889 e 1930, ela foi composta por 263 pessoas, dentre as quais 97 possuíam relação de parentesco entre si (Love, 1982, p. 216) e onde, a cada 11 membros, um era acionista ou gerente de firma estrangeira (resultado do cruzamento da elite política com a empresarial). É quase a mesma proporção, de 1:11, de membros da elite política paulista condecorados por governos estrangeiros, e, segundo a hipótese de Love, esse era um fato que decorria de serviços prestados a esses governos (Love, 1982, p. 222). Esta, seguramente, não era uma elite que pudesse conceber um projeto nacional, a população sob seu domínio era meramente uma população a tosquiar. Ela foi, no bem-dizer insuspeito de um historiador tão conservador quanto Joseph Love, o verdadeiro comitê executivo da classe dominante paulista (Love, 1982, p. 216). Essa elite política só possuía uma responsabilidade, a de legitimar-se face aos seus parceiros da oligarquia cafeeira e às frações da classe dominante instaladas nas outras regiões do Brasil.

Podemos, assim, comparar a elite paulista com a atual elite norte-americana, cujo comportamento foi tão bem descrito e que causou tanta inquietação a Lasch (1995, p. 60-61). Como Lasch bem identifica, na América do Norte, a elite que se

terminação política ou de desenvolvimento social e econômico dos países submetidos a uma agressão imperialista qualquer. O que precisa ficar claro é que o nacionalismo convive com a presença de capital estrangeiro quando (presume-se) este não represente ameaça ao projeto de desenvolvimento ou de autodeterminação nacional. Além disso, o Governo Estadual encampou também o porto de Porto Alegre (mais importante porto fluvial e que servia de escoadouro à produção da sub-região colonial) e o único porto marítimo do Estado, o de Rio Grande. Essas encampações tiveram por objetivo melhorar as tarifas de funcionamento e a eficiência geral dos portos.

encontra atualmente ligada ao processo de mundialização se desembaraçou dos laços internos que seus antepassados mantinham em relação ao resto da sociedade norte-americana, ou seja, desembaraçou-se de suas responsabilidades face à vida nacional (simultaneamente, sob os planos social, cívico e cultural). Da mesma forma, no Brasil, a elite ligada aos interesses do café, que possuía um papel tão importante na sociedade brasileira em um período decisivo da vida nacional (o da transição para o capitalismo), terminou por flutuar no ar. A oligarquia paulista virou as costas à sua sociedade regional (a qual ela manipulava no seu estrito interesse), bem como à sociedade brasileira. Seus interesses estavam mais ligados aos interesses externos que aos das outras classes sociais brasileiras.

Para encerrar, uma palavra final sobre a tentativa de Fonseca de banalizar os fatos que estiveram em pauta e se descartar deles. No contexto brasileiro da época, a própria natureza insólita dos fatos ocorridos no Sul deveria levá-lo a pensar que algo de extraordinário (no sentido positivo) se passou no Rio Grande do Sul e a imaginar, pelo menos, que se esses fatos se haviam produzido aqui, e não lá, poderiam ser indicadores de que estava em andamento uma novidade na história da relação Estado-sociedade no Brasil.²³ E mais, que a elite que cometeu esses atos possuía, seguramente, um comportamento diverso daquelas que não os cometeram. Esses fatos teriam sido impensáveis em São Paulo ou no Rio de Janeiro, pois, aí, a dominação era tradicional, e sua ocorrência no Rio Grande do Sul serve, pelo menos — *preuve par la faute* —, para indicar que as coisas andavam sendo bem diversas no Sul. Nesse sentido, sobrou intuição histórica a Miguel Bodea.

²³ A elite gaúcha atentou para a sua responsabilidade pelo bem-estar e pelo desenvolvimento social e econômico da população sob seu domínio (ela não podia fazer de outro modo, pois era acoçada pela oposição armada da oligarquia tradicional do Estado). Ela se relacionou também com estratos sociais intermediários do campo e da cidade e se apoiou, dentro e fora do Rio Grande do Sul, no desenvolvimento do mercado interno. Essa elite gaúcha desenvolveu um comportamento antiinternacionalizante, de tal modo que todas as medidas federais de política econômica (tais como a política de valorização do café, a política monetária inflacionária ou a política internacional de endividamento público) que privilegiavam os negócios do café foram sempre acidamente criticadas por ela duplamente: porque privilegiavam somente um setor da atividade econômica (questão, para eles, de doutrina, pois a intervenção perdia, com isso, a neutralidade) e porque danificavam o tecido social da Nação (questão de responsabilidade política face à população, diríamos nós). Segundo Love (1975, p. 274), foi também por esse tipo de nacionalismo do PRR, escola política onde se formou Getúlio Vargas, que a “brasilidade” desse homem nascido na única e verdadeira fronteira política do Brasil pode ser tão incompreendida pelas elites de outras regiões do Brasil.

Um outro exemplo de banalização da diferença de comportamento das duas elites regionais aparece em outro artigo de Fonseca (1985, p. 278) sobre as respectivas intervenções nas economias regionais. Nesse texto, o autor, ao banalizar as condutas de política econômica²⁴, torna idênticas as intervenções econômicas dos positivistas gaúchos e as dos liberais paulistas e mineiros ao afirmar que, no Sul, “(...) pode-se dizer que, a rigor, a ruptura em relação à política do *laisser-faire* foi mais retórica do que real (...) assim, o ‘dever intervencionista’ do Estado [no Sul] pouco diferia, na prática, das exceções intervencionistas dos liberais [paulistas](...)”. Assim, para o autor, o reduzido número de intervenções anula as diferenças de doutrina que as justificavam. No entanto, no Sul, elas estavam propostas na doutrina de governo, enquanto, em São Paulo, elas contrariavam a doutrina do *laisser-faire* que embasava teoricamente as práticas de governo (a intervenção, nesse contexto liberal, era uma manifestação de patrimonialismo). Ora, essas intervenções econômicas também tiveram sentidos profundamente diversos: a intervenção econômica em São Paulo visava sustentar o grupo dos interesses do café (inclusive os da lavoura do café). Esse tipo de intervenção não foi jamais episódica, ocorria em momentos de crise da cafeicultura, e seus efeitos prolongavam-se no tempo. No Sul, no entanto, a intervenção era feita no sentido de promover o desenvolvimento de outras classes sociais que não os pecuaristas exportadores. Os capitais que mais se beneficiaram, no Sul, com a intervenção econômica do Estado foram os capitais bancários, os comerciais (do leste e do nordeste do Estado), os capitais industriais e os capitais agrícolas empenhados na moderna lavoura irrigada de arroz. Ou seja, foram as novas classes sociais (as novas frações da classe dominante e as classes que para elas trabalhavam) que se beneficiaram com a intervenção do Estado sul-rio-grandense, justamente aquelas que emergiram com a transição para o capitalismo. Isso torna a natureza das duas intervenções econômicas completamente diversas, pois a intervenção paulista socorria e reforçava o *status quo* (sustentava um conjunto de interesses que continuavam a possuir um caráter agrário e colonial), enquanto a intervenção meridional favoreceu classes novas e emergentes. Assim, enquanto a intervenção econômica no Sul se fazia em benefício de “toda a sociedade”, a da elite paulista, ligada aos interesses do café, dirigia-se tão-somente aos seus particulares interesses de classe e de grupo de negócios.

²⁴ A política econômica, em São Paulo, teve por objetivo, em um primeiro período, sustentar os preços internacionais do café, que estavam sofrendo uma queda assustadora. Essa política defensiva passou a ter um caráter agressivo quando utilizada no sentido de provocar altas do preço do café no mercado internacional.

O Estado de São Paulo sempre dependeu das receitas geradas pelo imposto de exportação do café, não podendo, jamais, criar políticas para outros grupos econômicos ou sociais. É o que podemos depreender do documento de fundação (em 1933), fato anteriormente referido, da Escola Livre de Sociologia e Política, onde os fundadores procediam a um “exame de consciência” ao reconhecer que os cursos de nível superior que existiam até então em São Paulo eram inaptos “(...) para inspirar nos estudantes o interesse pelo bem-estar coletivo e para prepará-los para assumir responsabilidades em relação à vida social” (Cunha, 1980, p. 235-236). Essas afirmações nos parecem ser prova incontestável do comportamento patrimonialista da elite paulista, pois seus líderes estão aí dizendo (e não somente nas entrelinhas) que sua única preocupação era a de defender seus interesses privados e que eram incapazes de se ocupar dos interesses do conjunto da sociedade (regional ou nacional). As afirmações contrastam vivamente com o comportamento político da elite gaúcha, cuja preocupação esteve sempre voltada para o conjunto da vida social.

4 - A negação pela “periferização”

Existe uma importante tese defendida na USP, em 1987 (Pesavento, 1988), sobre a burguesia e o operariado gaúchos na Primeira República (1889-930). A autora permite que se conclua pelo atraso da organização e da luta operárias no Sul, porque o operariado havia sido cooptado pelo empresariado. Este último, através de ações de cunho assistencialista (construção e financiamento de vilas operárias, assistência médica, caixas de poupança) e outras (escola para os filhos, salas de recreação, refeições na fábrica)²⁵, disfarçava a dominação burguesa, forjando-se, desse modo, a imagem paternalista do “bom patrão” e obtendo-se, em conseqüência, a docilidade do operariado (Pesavento, 1998, p. 19-87). Poderíamos perguntar, então, dócil em comparação com qual outro operariado?

Na verdade, um dado maior e decisivo que enquadrava essa relação de classe e que a autora não viu, pois não analisou, é que a economia gaúcha vivia em pleno emprego (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p. 164). Alguns indicadores disso são que, em geral (pelo **Censo de 1920**), os salários industriais e agrícolas

²⁵ Diga-se, em favor da autora, que ela realizou um inventário maravilhosamente rico e minucioso dos casos que se distribuem tanto no tempo (entre 1880 e 1940) quanto no espaço sul-rio-grandense, pois os exemplos contemplam quase todas as sub-regiões econômicas do Estado. A descrição dos casos está em Pesavento (1988, p. 9-87).

eram superiores aos praticados na economia paulista e, também, com um maior diferencial de salário do trabalhador de enxada para o operário industrial (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p.152, 177), o que quer dizer que o poder de atração de salário industrial sobre os trabalhadores rurais era menor no Rio Grande do Sul. Dizer isso é afirmar que havia menos vantagens para a migração campo-cidade no caso meridional. Ou seja, a autora interpretou a natureza de uma relação entre classes sem ter conhecimento do contexto econômico maior em que ela se exercia, pois somente o conhecimento desse contexto poderia indicar quais interpretações seriam mais plausíveis para a relação analisada. A docilidade do operariado nesse marco de pleno emprego meridional transformava-se em corte do capitalista ao operariado, pois aquele se defrontava com penúria de força de trabalho.

O viés analítico da autora derivou de uma concepção subjacente (jamais explicitada) de que a economia regional mais avançada do Brasil era a paulista (pois que era o centro econômico do País) e que, então, as relações de classe de vanguarda teriam sido as vividas pela burguesia e pelo operariado paulistas, pois era a miséria desse proletariado que servia de parâmetro comparativo. E, se o marco comparativo está somente implícito em Pesavento, ele foi plenamente explicitado por Herrlein Jr. e Dias, quando incorporaram e endossaram os resultados da análise de Pesavento no seu trabalho (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p.160-164).

Tenha-se presente que, no caso paulista, havia um excedente proletário disponível nas cidades, pois a voracidade do café por mão-de-obra fazia com que fossem trazidos enormes contingentes de trabalhadores europeus, em quantidade superior às necessidades da cafeicultura, para que os cafeicultores não corressem o risco de ficar sem força de trabalho. E esses irrequietos trabalhadores europeus (influenciados pelo estágio da luta de classe nos seus respectivos países de origem) contrastavam com o operariado gaúcho, que era dócil, pois que se submetera à ideologia do vencedor, pois que aceitara a dominação, pois que se deixara cooptar, fenômeno que, presumivelmente, jamais poderia ocorrer com o operariado de vanguarda de São Paulo. Seria uma consequência disso o atraso da organização operária e da luta de classes no Rio Grande do Sul, enquanto ela teria sido mais avançada alhures (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p. 160-164).

Uma vez que tanto Pesavento quanto Herrlein e Dias captaram e produziram, eles mesmos, as informações necessárias para interpretar diferentemente o fenômeno, nós podemos afirmar que a força do paradigma “centro-periferia” predominou sobre as suas capacidades de interpretação. A presença subjacente do paradigma introduziu um viés grave na interpretação desses autores, pois o inventário dos motivos das greves mostrou que o tema mais freqüente e mais “avançado” aparecia no Sul, uma vez que aí não era mais a duração da jornada

de trabalho que estava em questão, como em São Paulo. Esta era uma questão que, presumivelmente, fora sendo razoavelmente encaminhada e solucionada no Sul, pois, nesse caso, a questão mais freqüente no temário das greves era a da elevação dos salários (Petersen apud Herrlein Júnior; Dias, 1996, p. 157).

Senão, vejamos. Um exemplo do avanço do movimento operário no Sul em relação ao de São Paulo foi o resultado da greve de 1906 em Porto Alegre. Ela foi feita para reivindicar uma jornada de trabalho de oito horas, pois, na época, a jornada era de 11 horas. A greve durou 21 dias e alcançou uma vitória incompleta, mas muito importante. Com efeito, o acordo assinado instituiu uma jornada de trabalho de nove horas, válida para “o conjunto do proletariado” (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p. 157-158). Assim, não se tratava simplesmente de uma vitória parcial, mas de uma conquista que abrangia o conjunto da classe operária de Porto Alegre.

No ano seguinte, em 1907, as greves em numerosas cidades de São Paulo buscando a redução da jornada de trabalho não tiveram sucesso senão para as categorias dos impressores e dos operários da construção civil; os operários da indústria têxtil obtiveram uma vitória parcial, e os metalúrgicos capitularam sem nada obter. No entanto, a greve em São Paulo revelou enormes disparidades salariais e o fato de que as empresas menores estavam mais dispostas a negociar do que as grandes, que se mostravam irredutíveis face às reivindicações dos trabalhadores.²⁶ Os operários paulistas foram novamente à greve em 1919 para enfim obter os resultados já conquistados, bem anteriormente, pelos operários de Porto Alegre (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p. 157-158).

A redução da jornada de trabalho foi, então, conquistada em Porto Alegre 12 anos antes de o ser em São Paulo e atingiu o conjunto da classe operária. Certamente, essa vitória indica que os industriais meridionais não possuíam, face aos seus operários, uma posição tão dura quanto a de seus congêneres paulistas, mas o resultado pode indicar, também, que a mão-de-obra industrial era mais rara e mais apreciada no Sul do que em São Paulo.

Assim, o paradigma “centro-periferia”, mesmo não explicitado, tanto condicionou a interpretação de Pesavento quanto levou Herrlein Jr. e Dias a considerarem que aquilo que se passasse no Rio Grande do Sul era

²⁶ É muito provável que, nesses menores tamanhos de empresas, se encontre também uma outra razão para o sucesso da greve em Porto Alegre, à parte, possivelmente, o fato de o operariado do Sul ser mais homogêneo e, então, mais propenso a permanecer unido durante uma greve importante. Dizemos isso porque a participação dos trabalhadores estrangeiros na classe operária, em São Paulo, representava metade da população ocupada, enquanto, em Porto Alegre, os estrangeiros não representavam senão 18% do operariado (Herrlein Júnior; Dias, 1996, p. 160, 164).

necessariamente fruto do atraso da economia e da sociedade meridional, uma vez que essa era uma sociedade tida como periférica (o que, de fato, ela não era; era simplesmente acêntrica, o que é algo muito diverso). Na verdade, a relação capitalistas/operariado foi vista por esses autores desde um ponto de vista de externalidade, de um “dever ser”, através de um ângulo que a comparou implicitamente com eventos e situações externas, estas, sim, encaradas como modelos paradigmáticos de uma realidade social e historicamente mais avançada. Esses autores não conseguiram mergulhar naquela relação particular, naquela especificidade. Impuseram uma forma, um modelo externo. Nessa passagem da análise desses autores não houve, verdadeiramente, compreensão histórica.

Nós podemos também acrescentar alguns comentários sobre os resultados de procedimentos comparativos, sejam eles implícitos ou explícitos. Em um país tão “desintegrado” quanto o Brasil (sobretudo o da época), as comparações que enunciem valorizações relativas, indicando que a sociedade de uma região está mais avançada ou mais atrasada que a outra segundo este ou aquele aspecto, servem, tão-somente para construir, finalmente, as identidades das regiões, para localizar suas diferenças mais importantes, e não para colocar as regiões em competição. Pensamos que as regiões são irreduzíveis umas em relação às outras e que as comparações servem exatamente para demonstrar essa irreduzibilidade. A luta de classes não estava mais avançada no Rio Grande do Sul do que em São Paulo (ou vice-versa); ela se dava, simplesmente, em um outro contexto global, contexto este que era diverso para cada uma das sociedades regionais: a paulista e a sul-rio-grandense.

Em suma, examinamos quatro procedimentos de negações da identidade sul-rio-grandense em trabalhos de qualidade. Negações praticadas tanto por analistas da “região centro”, quanto por analistas meridionais. As técnicas utilizadas foram o “exclusivismo centrista” (em Florestan Fernandes), a “indiferenciação subordinante” (no caso de Cardoso); o “esvaziamento do significado do fenômeno” ou a sua “banalização” (no caso de Fonseca) e, por fim, a interpretação deformante e preconceituosa que emana do uso do paradigma analítico “centro-periferia” (implícito em Pesavento e explícito em Herrlein Jr. e Dias).

Nós já afirmamos, ao longo deste texto, que não consideramos a sociedade e a economia meridionais como periféricas, mas, sim, como acêntricas. Precisamos, no entanto, para encerrar, refletir sobre o uso analítico desse paradigma “centro-periferia” na historiografia econômica ou social do Rio Grande do Sul. Se imaginarmos que a sociedade sul-rio-grandense veio a tornar-se periférica a partir de algum momento da sua história, seria preciso atentarmos para as condições que presidiriam a integração hierarquizadora e a sua consequência: a “periferização” da economia e da sociedade meridionais. Elas

seriam econômicas, em primeiro lugar, e só poderiam ter ocorrido depois que existisse a possibilidade concreta (material) de que todas as mercadorias pudessem circular (por rodovias) entre os territórios que viriam a ser hierarquizados em “centro” e “periferia” e, ainda, depois que existisse um Banco Central na economia (Perroux, 1991, p. 687). Ora, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, essas duas condições viriam a cumprir-se somente na segunda metade dos anos 60 do século XX. É, portanto, um anacronismo projetar sobre o período anterior uma ordem de interpretação calcada sobre o modelo “centro-periferia”²⁷.

O anacronismo dá lugar a uma afirmação a-histórica que pode ser assim explicitada: se uma região é periférica hoje, então é porque sempre o foi. O centro e a periferia estariam, assim, constituídos desde sempre, desde antes mesmo da própria história e, então, independentemente desta. Em síntese, a historiografia que aceita a hipótese de que a sociedade e a economia meridionais são periféricas e que projeta para o passado do Rio Grande do Sul a relação “centro-periferia” com São Paulo estabelece um espaço social sem história.

Além disso, poderíamos deduzir que a periferação econômica, em tendo ocorrido, implicaria periferação política, coisa que, certamente, nunca houve, pois a sociedade do Rio Grande do Sul, no passado como no presente, sempre criou experiências políticas de vanguarda no contexto nacional. Durante o século XIX, os Farrapos constituíram, durante nove anos, uma república em separado do Império brasileiro. No final do século XIX, iniciou-se a experiência positivista do Governo do PRR, que duraria quase 40 anos e que foi uma experiência política de vanguarda, pois foi burguesa, autoritária, antiliberal e antipatrimonialista em um contexto nacional que era oligárquico, rural, patrimonialista e liberal. Foi a primeira experiência de dominação e de legitimidade racional e burguesa no Brasil. Nos anos 60 do século XX, Leonel de Moura Brizola liderou uma experiência de esquerda nos níveis estadual e nacional (lutando pela implementação das então chamadas “reformas de base”), que levou à postergação do golpe militar (que viria a se tornar vitorioso em 1964); finalmente, depois de 1988, iniciou-se a primeira experiência (brasileira) duradoura de administração pública pela frente popular à testa da Prefeitura de Porto Alegre.

Possuímos enormes dúvidas quanto à possibilidade de pensarmos que uma economia e uma sociedade periféricas sejam capazes de gerar experiências políticas de vanguarda no contexto nacional, fato que quer dizer, para nós, que a

²⁷ Um bom exemplo disso é o sumário da Dissertação de Mestrado intitulada **Rio Grande do Sul: Tributação e Economia (1699-1945)**: 1 - A economia periférica colonial: **1699-1834** (1.1 - A economia periférica do Continente de São Pedro; (...)); 2 - A economia periférica rio-grandense no Estado Nacional brasileiro (1835-1892) (2.1 - A economia pecuária periférica; (...)) (Miranda, 1998).

sociedade meridional nunca foi uma sociedade periférica. No bem dizer de Vitor Ramil, ela é “o centro de uma outra história”.

Referências

BODEA, Miguel. **A greve de 1917**: as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: L&PM, 1979.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CUNHA, Luiz. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DEAN, Warren. A industrialização durante a república velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1, t. 3.

DIAS, José R. S. **A Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana e a formação da rede de viação férrea do Rio Grande do Sul**: uma contribuição ao estudo dos transportes no Brasil meridional: 1866-1920. São Paulo: Fotocópia, 1981. (Tese de Doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONSECA, Pedro. C. D. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na primeira república. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 15, n. 2, 1985.

FONSECA, Pedro. C. D. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HERRLEIN JÚNIOR., Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na primeira república In: TARGA, L. R. P. (Org.). **Gaúchos & Paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996.

LOVE, Joseph L. **A construção do terceiro mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LOVE, Joseph L. **A locomotiva**. São Paulo na federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro**: 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MIRANDA, Márcia. **Rio Grande do Sul**: tributação e economia (1699-1945). Porto Alegre: Fotocópia, 1998. (Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

PERROUX, François. **L'économie du XXe. Siècle**: ouvrages et articles. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. **A burguesia gaúcha**: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PETERSEN, Sílvia R. F.; LUCAS, Maria E. **Antologia do movimento operário gaúcho**: 1870-1937. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS: Tchê, 1992.

PINHEIRO, Paulo S.; HALL, Michael M. A. **Classe operária no Brasil**: 1889-1930 documentos. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v. 1.

SCHWARTZMAN, S. **As bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

TARGA, L. R. P. (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: FEE, 1998. 319p.

TARGA, L. R. P. Elites regionais e formas de dominação. 22 p. In: TARGA, L. R. P. (Org.) **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: FEE, 1998a. 319p.

TARGA, Luiz R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. 30 p. In: TARGA, Luiz R. P. (Org.). **Gaúchos & Paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996. 294p.

TARGA, Luiz R. P. (Org.). **Gaúchos & Paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996. 294p.